



## O Profissional de Relações Públicas e o Papel da Mulher na Sociedade <sup>1</sup>

Susana Tebaldi Toledo<sup>2</sup>

Elisangela Mortari<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo entender como se dá o processo de predominância feminina em uma atividade que antes era dominada por homens, as Relações Públicas. Para tanto, procurou-se fazer uma contextualização histórica da profissão e dos movimentos da mulher em busca da sua emancipação na sociedade, especialmente no que diz respeito ao âmbito do mercado de trabalho. Percebe-se uma relação entre os dois contextos que podem explicar o processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher; relações públicas; mercado de trabalho.

### INTRODUÇÃO

A profissão de Relações Públicas foi regulamentada, no Brasil, em 11 de dezembro de 1967, a partir do decreto da Lei nº 5.377 que a definiu como sendo uma atividade que tem por objetivo o esforço deliberado, planejado e contínuo para esclarecer e manter compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos e pessoas a que esteja direta ou indiretamente ligada.

Esse conceito passou por diversas transformações ao longo do exercício da atividade que, como em qualquer profissão da época, era desenvolvida, principalmente, por homens, visto que as mulheres ainda encontravam dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho. Com o passar dos anos, a mulher, diante de várias lutas pela igualdade nas relações de gênero, vai conquistando seu espaço em locais que antes eram predominantemente masculinos.

Na prática de Relações Públicas, segundo James Grunig, uma das grandes tendências para o século XXI, é que ela passe a ser uma profissão exercida por uma maioria de mulheres. Ao que tudo indica essa tendência já é realidade. Uma pesquisa do CONFERP (Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas), realizada no

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 7º. semestre do Curso de Relações Públicas da FACOS-UFSM, email: [susit2@hotmail.com](mailto:susit2@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Relações Públicas da FACOS-UFSM, email: [elimortari@hotmail.com](mailto:elimortari@hotmail.com)



começo do ano de 2009 sobre o perfil do Relações Públicas, mostra que 80% dos profissionais da área são mulheres.

Sendo assim, busca-se entender como se dá esse processo de predominância feminina em uma atividade antes dominada pelo masculino, contextualizando a história, tanto da profissão e mercado de trabalho quanto da mulher e analisando as relações de gênero existentes em tal processo.

### **Contexto Histórico das Relações Públicas no Brasil**

Para que se entenda a trajetória das Relações Públicas no país, seu surgimento, fatos marcantes e evolução, faz-se necessário uma contextualização histórica, como lembra Chanlat (1996, p. 49), “Os contextos são os modos de leitura da situação. São as estruturas de interpretação, os esquemas cognitivos que cada pessoa possui e utiliza para compreender os acontecimentos que ocorrem e em particular o que nos interessa”. Dessa forma, afirma-se que a profissão de Relações Públicas está ligada ao contexto econômico, cultural e político do Brasil sofrendo as influências tanto sociais quanto globais.

Pode-se considerar que a atividade de Relações Públicas tem suas origens em períodos remotos, estando presente nas antigas sociedades tribais, promovia o respeito dos integrantes da tribo pelo seu chefe. Porém, para que se tenha uma proximidade maior com a realidade e entendimento dos fatos, restringir-se-á essa contextualização à história brasileira.

O marco inicial das Relações Públicas no Brasil foi em 1914, quando a indústria estrangeira *The Light and Power Co. Ltda* - que hoje se transformou em AES Eletropaulo – detectou a necessidade de cuidar do relacionamento com a imprensa e opinião pública e contratou o engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo<sup>1</sup> para criação e chefia de um departamento de RP. Experiência que, como destaca Kunsch (2002, p.120), “apesar de pioneira, foi isolada, não ocorrendo maior crescimento nas três décadas seguintes”.

---

<sup>1</sup> Foi eleito como patrono das Relações Públicas no congresso da ABRP de 1976, realizado em Alagoas.



Nesse ano, no Brasil iniciava o governo de Wenceslau Braz, o qual coincidiu com o período da Primeira Guerra Mundial, e a retomada da política do "café-com leite". Essa fase impulsionou a industrialização, pois houve uma queda das importações de manufaturados, porque os países em guerra deixaram de produzi-los em grande quantidade. Desse modo, a economia brasileira foi estimulada a produzir internamente os produtos que deixaram de ser importados dos outros países. Esse desenvolvimento atraiu indústrias estrangeiras, como a *The Light and Power Co. Ltda.*

Na década de 50, a profissão destaca-se devido à constituição Brasileira de 1946 que restituiu a democracia no país e possibilitou o exercício da atividade longe do controle e censura dos meios de comunicação que ocorria nos governos ditatoriais. A política industrial desenvolvimentista de Getúlio Vargas possibilitou um processo de industrialização e impulsionou a vinda das empresas multinacionais, também incentivado pelo governo de Juscelino Kubitschek, empresas essas que trouxeram uma cultura de valorização da comunicação, fortalecendo, assim, a importância do setor de relações públicas.

Outro fator que promoveu a valorização da comunicação foi o desenvolvimento da mídia impressa e eletrônica e o surgimento dos institutos de pesquisas – IBOPE e MARPLAN – que realizavam estudos de audiência. Em 1951, nasce o primeiro departamento de Relações Públicas com características de Identidade Nacional, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A primeira empresa de comunicação foi a Campanha Nacional de Relações Públicas e Propaganda, em 1952. O primeiro curso de relações públicas apareceu em 1953, na Fundação Getúlio Vargas e no ano seguinte, é criada a Fundação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP).

A ascensão da ditadura militar, nos anos 60, limitava o exercício da profissão e acabou fazendo com que os profissionais se associassem à ideologia do governo através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Isso acarretou a formação de uma imagem negativa para a atividade de Relações Públicas, pois a atuação da assessoria era um tanto agressiva, gerando assim, uma ideia de manipulação. É, também, a partir desse período histórico que se pode entender o surgimento das relações públicas como função técnica, pois, as empresas tinham medo de se expressar publicamente e acabavam



contratando militares como porta-vozes, assim os RPs ficaram sob suspeita de estar no comando da ditadura militar e acabaram por atuar apenas na área interna das empresas, realizando somente as atividades técnicas da profissão. Embora isso tenha sido um tanto prejudicial, acabou trazendo algumas evoluções para a profissão como a criação do primeiro Curso Superior Relações Públicas Escola de Comunicações Culturais da USP e a regulamentação da profissão em 1967.

Na década de 70, como o país ainda estava sob o regime militar, a AERP continuou atuando e surgiram outras assessorias de relações públicas do governo vinculadas à propaganda ideológica: Assessoria Executiva de Relações Públicas (AERP), Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), Assessoria de Relações Públicas (ARP) e Secretaria de Comunicação Social (SECOM); Ao mesmo tempo em que essas assessorias criaram um espaço para o profissional, ocasionaram a consolidação da imagem negativa da profissão criada na década de 60. Nesse contexto, houve uma proliferação dos cursos e escolas de comunicação. A questão da regulamentação gerou algumas discussões e reflexões da categoria, gerando assim, a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de RP (CONFERP e CONRERP).

Grandes transformações marcam a década de 80. O fim da ditadura militar, a abertura política e o processo de redemocratização possibilitaram o aumento das pesquisas e produções científicas na área de comunicação, através da liberdade de imprensa. O CONRERP SP/PF cria o Prêmio Opinião Pública e é lançada uma campanha de valorização profissional de RP. É nessa época que as empresas começam a perceber a necessidade de uma comunicação unificada, através da criação da Gerência de Comunicação Social da empresa Rhodia S.A. (1985), que se tornou a referência precursora desse modelo no país. Com isso, as relações públicas começam a visualizar um papel mais estratégico no exercício da atividade.

Chega-se ao período em se intensifica o fenômeno da globalização, a década de 90. Com o desenvolvimento das novas tecnologias, principalmente dos meios de comunicação, a globalização forçou às relações públicas repensar a profissão e inserir-se na nova era, redefinindo o seu papel perante a sociedade. Houve a terceirização dos serviços de Comunicação Empresarial, ampliando as possibilidades para as Relações



Públicas. Esse novo cenário fez com que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais (SP e PR) pensassem e discutissem a regulamentação da profissão feita em 1967.

Passadas as décadas do século XX da história das Relações Públicas, aborda-se o século XXI trazendo, novamente, uma das tendências que Grunig (2009, p.17 – 18) acreditava ser importante, “as relações públicas deixaram de ser uma profissão exercida apenas por homens para serem uma profissão exercida por uma maioria de mulheres”.

Numa tentativa de entender a razão pela qual se dá essa tendência, que, segundo a pesquisa realizada pelo CONFERP, citada na introdução desse artigo, já é realidade, no próximo tópico será feita a contextualização histórica da mulher no Brasil.

### **Contexto Histórico do Papel da Mulher na Sociedade Brasileira**

Durante vários séculos, as mulheres estiveram restritas ao ambiente doméstico e subordinadas ao poder das figuras do pai e do marido. Isso ocorria devido ao patriarcalismo que regia a sociedade, caracterizado pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar.

Com o intuito de transformar essa condição social, as mulheres buscam sua emancipação através de um movimento com base, principalmente, em ações de caráter político: o feminismo.

Embora os movimentos feministas tenham origem nos Estados Unidos e datam seu início ainda no século XIX, para que se possa fazer uma comparação com a história das Relações Públicas tratada anteriormente, dar-se-á ênfase para o contexto brasileiro e a partir do século XX, século no qual está inserido o marco inicial das RP e o início do feminismo no Brasil.

O começo do século XX, marcado pela Primeira Guerra Mundial e o desenvolvimento da industrialização no Brasil, proporcionou uma inserção das mulheres no mercado de trabalho já que a industrialização exigiu que boa parte da mão-de-obra feminina fosse para as fábricas e as mulheres se submetiam a salários menores que os homens, sujeitando-se a jornadas intensas de trabalho, muitas vezes em condições prejudiciais à saúde. Além disso, ainda tinham que cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos.



As manifestações femininas desenvolviam-se conforme o cenário político nacional. A cada governo, as mulheres buscavam seus direitos, conquistando assim, em 1934, no governo de Getúlio Vargas, o direito ao voto e à candidatura a cargos políticos. Em 1937, com os ideais corporativistas do Estado Novo, a expressão dos movimentos e lutas, tanto femininas quanto masculinas, ficaram um pouco limitadas.

A partir dos anos 50, a redemocratização possibilitou uma participação mais ativa das mulheres nas lutas sindicais, aumentando assim, a flexibilização da exigência que condicionava o trabalho feminino à autorização marital.

A ditadura militar dos anos 60, não foi razão para que as mulheres desistissem da luta, pelo contrário, motivou ainda mais, fazendo com que elas repensassem seu papel na sociedade, negassem o lugar que era tradicionalmente atribuído como próprio das mulheres nessa época e atuassem contra esse regime autoritário.

O surgimento da pílula anticoncepcional foi um marco na revolução sexual das mulheres, proporcionando inúmeras liberdades e autonomia capaz até de influenciar as oportunidades em âmbito profissional, já que a escolha por ter ou não filhos, em determinado momento, facilitava a busca por emprego.

O feminismo surgiu a partir da década de 70, tendo algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60, porém com o regime ditatorial ainda vigente, não foi possível um movimento de liberação radicalizado. Por outro lado, esse cenário político propiciou o nascimento do feminismo cujas militantes estavam em sua maioria também engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas, criando um movimento feminista bastante politizado, o que Goldberg chama de “um feminismo bom para o Brasil” (GOLDBERG, 1988). Pode-se notar assim, como afirma Alvarez, que, ironicamente, as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência a mobilização das mulheres, geralmente marginais na política (ALVAREZ, 1990).

O ano de 1975 foi oficialmente declarado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Mulher, o que ocasionou uma grande visibilidade ao movimento feminista. Essa declaração pode ser considerada como um reconhecimento da questão da mulher como problema social. Dessa maneira, abriu-se



espaço para que os grupos políticos de mulheres tivessem mais liberdade e pudessem atuar abertamente.

Com o fim da ditadura militar, nos anos 80, a redemocratização do país possibilitou que o movimento feminista se consolidasse como uma força política e social. Isso foi reforçado com a volta das exiladas, através da Anistia conquistada no Brasil no final da década de 70, pois elas trouxeram sua experiência política e as influências dos movimentos atuantes da Europa, aliando isso aos ideais daquelas que ficaram no país durante esse período. A mulher, agora, conquistava sua legitimidade como sujeito social, participando ativamente em partidos, associações profissionais e sindicatos. Para fechar a década de forma positiva, a Constituição Federal de 1988, extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal, proporcionando, assim, mais autônima às mulheres.

Na década de 90, o ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas, que se iniciou em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92) proporcionou a participação das mulheres nos fóruns políticos internacionais. Para a ECO-92, as feministas tinham o intuito de introduzir as questões de gênero nas discussões da Conferência. Outras participações do movimento feminista foram na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos e, em 1994, na Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População.

A IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada no ano de 1995 em Pequim/China, ocasionou o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres. Inúmeros grupos feministas e de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1995). Essa conferência foi palco para um grande debate público sobre a desigualdade das mulheres e fez com que o movimento de mulheres no Brasil atendesse às necessidades de todas as classes e grupos étnico-raciais de mulheres. A partir disso, surgem novas temáticas: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos



e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes.

Embora o feminismo possa ser considerado como um movimento que obteve êxito, como ressalta Sorj (2005, p. 03):

“Diferentemente dos demais movimentos políticos como o fascismo, o nacionalismo e o comunismo, o feminismo promoveu uma formidável mudança de comportamentos orientada para a promoção de mais liberdade e igualdade entre os sexos, sem aspirar à tomada do poder, sem utilizar a força e sem derramar uma gota de sangue. As mudanças ocorreram no campo do convencimento e da persuasão, pela condução de campanhas e manifestações, pela divulgação de idéias na mídia e pela mudança das leis. O feminismo, além do mais, constitui-se como movimento plural, sem dono nem estruturas de controle centralizadas, sem excomungados, renegados ou dissidentes.”

Ainda existem muitas questões a serem discutidas e melhoradas. A conquista de espaço das mulheres, seja em âmbito político, social ou cultural, é visivelmente merecida e tende a crescer ainda mais. Acredita-se que esse crescimento deve se dar no que diz respeito ao mercado de trabalho, já que as mulheres ainda são minoria nesse. Por mais que os números nos apresentem um salto de 18% de inserção das mulheres no mercado de trabalho na década de 70 para 50% nos dias atuais, esses números ainda não são suficientes, faz-se necessária a luta por maior inserção não só no mercado de trabalho, mas também em cargos gerenciais e pela equiparação salarial, pois as relações sociais ainda são marcadas por relações de gênero.

### **Relações Públicas e as Mulheres: histórias que se cruzam**

Se a profissão de Relações Públicas era antes uma profissão exercida por uma maioria masculina e a partir do século XXI passa ser exercida mais por mulheres, isso pode ser explicado através das contextualizações históricas feitas anteriormente, e também com base no perfil feminino que corresponde, na maioria das vezes, ao que é exigido para essa atividade.

A gradativa inserção da mulher no mercado de trabalho e nos outros setores, antes ocupados prioritariamente pelos homens, fez com que elas evoluíssem seus pensamentos e buscassem o seu lugar ao invés de uma igualdade de gêneros, como





destaca Franchon (2005) “Hoje a questão não é mais sobre a busca das mulheres pela igualdade, mas sobre a conquista de um espaço feminino na sociedade, independente do espaço dos homens.”

É nesse sentido que se pode afirmar que a mulher buscou, ao longo da sua trajetória, inserção nos campos de trabalho nos quais mais tem identificação, tanto do que diz respeito às questões psicológicas quanto físicas. Se no começo, sua mão-de-obra foi demandada nas fábricas e a partir disso conseguiu maior inserção, significa que ela foi eficaz na realização de suas tarefas e soube buscar as oportunidades.

Pode-se encontrar algumas relações na história das Relações Públicas e das mulheres, quando se percebe que as duas lutaram por reconhecimento e consolidação do seu espaço na sociedade. Enquanto a profissão conquistava sua regulamentação, as mulheres estavam iniciando o movimento feminista; o período da ditadura militar foi importante para ambas, por mais que tivessem suas imagens atreladas à ideologia ditatorial, no caso das relações públicas, ou uma imagem de sublevação da ordem, no caso dos movimentos das mulheres.

Ao que diz respeito sobre o perfil do profissional de Relações Públicas, as características fundamentais podem ser destacadas como: facilidade de lidar com pessoas e estabelecer relacionamentos, o que pode, muitas vezes, ser sinônimo de administrar conflitos. Características essas que dependem de certa sensibilidade, marca evidente na personalidade da maioria das mulheres. Uma pesquisa do Instituto ABERJE sobre a mulher na Comunicação Corporativa comprova essa teoria. Na ocasião, foram entrevistadas mulheres do setor de comunicação das maiores empresas do país. Para um terço das entrevistadas, a sensibilidade é a característica que mais ajuda na profissão, seguida pela habilidade de relacionamento, versatilidade e determinação.

Outras características da profissão, que podem ser evidenciadas, são o caráter multidisciplinar, dinâmico e estratégico, trazendo a oportunidade de conhecer muitos mercados e atuar com pessoas diferentes, inclusive em ambientes considerados mais masculinos, como por exemplo, em empresas do ramo da construção civil ou automobilístico. Concordo com a entrevista de Lobo (2010) quando diz “que nossa vantagem, nesse caso, é o fato da mulher acostumar-se, de forma natural, a viver como



mãe, esposa e profissional, gerenciando sua assistente no lar, programando as férias da família ao mesmo tempo em que desenha um planejamento estratégico”.

Por mais que a mulher já tenha consolidado seu espaço na profissão de Relações Públicas, o problema enfrentado pelas mulheres em todas as outras profissões também é compartilhado por ela. As organizações que tem um setor de comunicação, na maioria das vezes, o cargo de gerência é ocupado por alguém do sexo masculino e os salários, para uma mesma função, também sofrem distinções de gênero. Pode-se afirmar que, segundo Oliveira, Gaio e Bonacim (2009),

“As disputas de espaço geradas pelo avanço da mulher no campo de dominação masculino apontam para a necessidade, cada vez mais urgente, de conscientização, tanto masculina quanto feminina, de que o futuro pertencerá àqueles que souberem harmonizar as características mais próprias de um ou de outro. As questões de gênero somente poderão caminhar para uma solução se o entendimento entre o masculino e o feminino for resultado de uma mudança conjunta, integrada e efetiva nas relações entre os sexos”.

Sendo assim, a luta das mulheres pela conquista do seu espaço na sociedade, é também a luta das Relações Públicas, não só pelo fato de ser uma profissão de maioria feminina, mas também por ter, historicamente, sempre buscado esse mesmo ideal.

Estudos posteriores podem ampliar mais ainda mais a relação entre o movimento feminista, ou melhor, o papel da mulher na sociedade atual com a atuação das profissionais de relações públicas. Deve-se investigar de forma mais profunda essas questões para compreender os mais variados motivos que levaram essa profissão a ter um grande número de mulheres, não só por suas características de personalidade, mas também outros fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que baseiam as escolhas e oportunidades de uma profissão.

### **Referências:**

ALVAREZ, Sônia . **Engendering democracy in Brazil: women’s movements in transition politics.** USA, Princeton University Press, 1990.

CHANLAT, J.-F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996. Vol. 1.



FRANCHON, A. **Mulher e Tecnologia - A Assimilação e Utilização do Mundo Digital pelas Executivas da área de Comunicação do Santander Banespa**. Revista eletrônica Razon y Palabra- edição 43 de fevereiro/março de 2005. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n43/afranchon.html>>

GOLDBERG, A. **Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo bom para o Brasil. Relações sociais de sexo X Relações sociais de gênero**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1988.

GRUNIG, J. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. Parte I – Uma teoria geral das Relações Públicas – quadro teórico para o exercício da profissão**. São Paulo: Difusão, 2009.

KUNSCH, M.M.K. **Relações públicas e modernidade**. São Paulo: Summus, 1997.

KUNSCH, M.M.K. **História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes**. Palestra apresentada no Simpósio Acadêmico “50 anos de Relações Públicas nas Organizações Globo: a contribuição de Walter Ramos Poyares”, promovido pela Faculdade de Comunicação Social, do UNIFIAM-FAAM Centro Universitário, no dia 25 de abril de 2002, em São Paulo (SP).

LOBO, M. **Relações Públicas, comunicadora, mãe, dona de casa...mulher! Entrevista ao blog “Fabio Procópio”**, 2010. Disponível em: <<http://fabioprocopio.wordpress.com/tag/marilia-lobo/>>

OLIVEIRA, GAIO E BONACIM, A.R, L.E, C.A.G. **Relações de Gênero e ascensão feminina no ambiente Organizacional: um ensaio teórico**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 80-97 jan./abr. 2009

SOARES, Vera. **O Contraditório e ambíguo caminho a Beijing**. Revista Estudos Feministas, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro, 1995.

SORJ, B. **O estigma das feministas**. 2005. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>

Pesquisa **CONFERP**. Disponível em: <<http://www.confERP.org.br/forte/mail/090526/pesquisaPerfilCONFERP.pdf>>

Pesquisa **ABERJE**. Disponível em: <[http://www.aberje.com.br/pesquisa/pesquisa\\_aberje\\_mulher.pdf](http://www.aberje.com.br/pesquisa/pesquisa_aberje_mulher.pdf)>